

O melhor resultado possível

14 NOV 1989

JORNAL DA TARDE

“Os dois candidatos que saírem vitoriosos nas eleições desta quarta-feira, habilitando-se a disputar o segundo turno, deveriam tomar a iniciativa de indicar imediatamente seus futuros ministros da Fazenda e do Planejamento, para reduzir o grau de incerteza entre os agentes econômicos neste período de transição.”

Quem disse isso, no final da semana passada, foi o ministro João Batista de Abreu.

Tanto ele como o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, têm plena consciência do risco de que o resultado do pleito de amanhã, embora não definindo quem será o futuro presidente, seja suficiente para anular completamente, antes do segundo turno, todos os esforços que vêm desenvolvendo até aqui para evitar que a hiperinflação se instale até o fim do mandato do presidente Sarney.

Por isso mesmo, pode-se concluir que, ao fazer a sugestão que reproduzimos acima, o ministro do Planejamento estava excluindo a hipótese de o candidato do Partido dos Trabalhadores ir para o segundo turno.

Com a aparente garantia proporcionada até agora pelas pesquisas eleitorais de que o candidato Collor de Mello tem assegurada a sua chance de disputar o segundo turno, todas as expectativas, particularmente as dos setores econômicos e financeiros, se concentram na disputa do segundo lugar.

Nesses setores existe uma espécie de consenso, senão explícito, certamente tácito, de que se chegar à Presidência da República um dos populistas chamados de “esquerda” e de “direita” — Brizola ou Collor de Mello — ou o candidato centro-esquerdista Mário Covas, a política econômico-financeira a ser aplicada nos primeiros momentos do novo governo não vai depender das eventuais tinturas ideológicas de cada um deles, mas será determinada por uma espécie de instinto de sobrevivência. Em outras palavras, em qualquer desses casos, passaríamos a viver fatalmente — então sim — o **efeito Orloff**, ou seja, qualquer desses candidatos, uma vez na Presidência, se sentiria obrigado a adotar uma política muito semelhante à adotada por Carlos Menem na Argentina, porque, como o presidente argentino, saberia que se não conseguisse dominar a inflação num prazo relativamente curto não teria a menor condição de completar seu mandato.

Quem estiver acompanhando, neste momento, o drama vivido pelo presidente Menem que se elegeu com os votos do populismo peronista, enfrentando com uma coragem admirável aquilo que ele sabia que seria inevitável caso não transigisse na aplicação rigorosa da sua política antiinflacionária e desenvolvimentista — a revolta da CGT, que sempre foi a coluna-mestra do movimento peronista — compreenderá que foi apenas porque estava convencido de que não há alternativa para a sua política se quiser chegar ao fim do seu mandato, que agiu como agiu.

É esse, também, o sentido do comentário feito há dias, em Paris, pelo sociólogo Alain Touraine, há muitos anos um apaixonado estudioso dos problemas brasileiros, sobre a sucessão do presidente Sarney. Nosso correspondente, Reali Jr., ouviu há dias do sociólogo francês a opinião de que “a vitória de um candidato populista no Brasil constituiria um verdadeiro suicídio para o próprio populismo, o caminho mais curto para uma política antipopulista e o mais rápido para uma orientação extremamente liberal e conservadora”.

Concordamos plenamente com Touraine. O populismo não é uma ideologia, mas apenas uma tática (irresponsável) de conquista de apoio popular, com promessas de utilizar os recursos do Estado para satisfazer todas as aspirações das classes menos privilegiadas sem qualquer preocupação com a compatibilidade entre os recursos disponíveis e as reivindicações a serem atendidas, quando se pleiteia o Poder, e com o cumprimento das promessas sem qualquer racionalidade econômico-administrativa enquanto existem recursos, quando se pretende manter o Poder.

É evidente, portanto, que é totalmente impossível, como sabia muito bem o populista Menem, fazer uma política populista quando se chega ao poder e se encontra um Estado completamente falido.

Quem conhece os planos de governo tanto de Collor como o de Brizola, preparado pelo deputado e economista César Maia, ambos cuidadosamente escondidos da grande massa de eleitores que eles vêm cortejando desde o início da campanha, sabe perfeitamente que suas promessas irresponsáveis de transformar todos os pobres do Brasil em cidadãos abastados da noite para o dia não são para valer.

Quanto ao candidato Mário Covas, mais sério e mais confiável que os outros dois, já cumpriu o — para ele — doloroso dever de confessar que sem um choque de capitalismo não teremos condições de pôr ordem nas finanças públicas deste país e reencetar sua ascensão para a plena prosperidade.

Já o caso do candidato Lula da Silva é completamente diferente. O candidato do Partido dos Trabalhadores não é um líder populista. É, isto sim, um líder classista, sindical, com grande capacidade de liderança política, infelizmente doutrinado por um grupo de intelectuais — e pela Igreja “progressista” —, que constituem o que há de mais reacionário no espectro político-ideológico brasileiro, na medida em que se opõem de forma intransigente a que o Brasil se integre nesse processo de metamorfose da economia mundial que provocou o desencadeamento dessa autêntica revolução que vai arrasando rapidamente com os regimes fundamentados na mesma ideologia que eles professam, a partir da constatação pelos próprios líderes desses regimes de que somente com a adoção dos princípios da economia neoliberal e transnacional é possível chegar perto dos objetivos utópicos do comunismo marxista.

Se chegasse à Presidência da República, ao contrário dos candidatos populistas e do candidato centro-esquerdista, Lula não teria a menor condição de fazer qualquer concessão aos imperativos da realidade econômica. Por uma questão cultural e pelas características do partido a que pertence.

Por isso mesmo, quando fez a sugestão que abre este editorial, o ministro do Planejamento não estava admitindo a hipótese de Lula chegar ao segundo turno. Ele tem plena consciência — como todos os agentes econômicos deste país — de que, nesse caso, a explosão hiperinflacionária, de uma hipótese, passaria a ser uma forte probabilidade. Chegaríamos ao segundo turno nas mesmas condições da Argentina no dia da vitória de Menem.

Sem a menor pretensão de fazer proselitismo eleitoral de última hora, excluída qualquer influência de fatores não objetivos como simpatias ou antipatias pessoais, afinidades ou idiossincrasias político-ideológicas, estamos convencidos de que o melhor resultado possível das eleições de amanhã, para o Brasil e, em primeiro lugar, para as classes trabalhadoras, que são sempre as primeiras vítimas das crises econômicas, dentro do que as pesquisas admitem como possível, seria Covas e Collor para o segundo turno.